

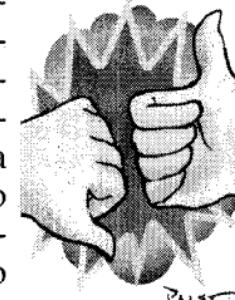
PONTO DO SERVIDOR

Renatha Melo



PEC do desenvolvimento funcional gera polêmica

Mais um tema polêmico sobre o funcionalismo público "levantou poeira", ontem, no Plenário do Senado. Depois de calorosas defesas e críticas à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), os parlamentares contrários ao desenvolvimento funcional do servidor forçaram a ausência de quórum qualificado para aprovação do texto (seriam necessários, no mínimo, 49 votos) e garantiram a transferência da apreciação da PEC para o próximo dia 20. Na semana que vem, a proposta será votada em segundo turno e, se rejeitada, evitará o que os opositores à matéria chamaram de "burla ao concurso para ingresso em função pública", conforme previsto no inciso II da Constituição Federal. De acordo com a PEC, o funcionário efetivo ou empregado permanente poderá pleitear o desenvolvimento na carreira mediante processo seletivo. Segundo o autor do texto, o objetivo é garantir a quem tem experiência em determinada atribuição os benefícios que conquistados pelos servidores com títulos, como mestrado e doutorado. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder da oposição na Casa, recomendou voto contrário à PEC. "Não acredito que se mutile a Constituição", defendeu.



PALET

Pontos por experiência

Conforme defendeu Sebastião Rocha, a proposta abre a possibilidade de qualquer servidor disputar de igual para igual o cargo vago no setor público. "O funcionário com 15 ou 20 anos de experiência fica sem estímulo para exercer a função", argumentou. Para o relator da PEC, senador José Fogaça (PPS-RS), se a maté-

ria for aprovada, ela terá de ser regulamentada por lei e o concurso público para ingresso no funcionalismo será mantido. "A qualificação obtida pelo trabalhador na vivência dos problemas de seu cargo tem de servir para alguma coisa", ressaltou. Os senadores do PFL e do PSDB garantiram voto favorável à matéria.